

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, Profissão, Portadora da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX XXX/XX, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº XXXXXXXXXXXX, filha de Pai de tal e Mãe de tal, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX, telefones (XX) XXXXXXXX, endereço eletrônico XXXXXXXXXX, vem por meio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - NÚCLEO DE XXXXXX**, propor a presente

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

com PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

em desfavor de **“Empresa tal ”, correntista do Banco Tal, agência XXX, conta corrente XXXXXX**, inscrita no CNPJ: XXXXXXXX, atualmente em local incerto e não sabido,

mediante as razões de fato e de direito a seguir declinadas.

Preliminarmente, o Requerente informa que é assistente administrativa, com uma renda mensal de R\$ XXXXX, conforme cópia de contracheque em anexo, o que justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos da previsão constante na Lei n. 1.050/60, eis que não pode arcar com o pagamento das custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

DOS FATOS

Em XX de XXXXXX de XXXX a Requerente emitiu um cheque no valor de R\$XXXXX (XXXXXXX) para efetuar o pagamento de títulos do Clube Tal, localizado na quadra XX de XXXXXX, (cheque nº XXXXX), sendo pré-datado para XX dias, ou seja, para o dia XX/XX/XXXX, conforme cópia do cheque em anexo.

A Requerente passou o cheque diretamente ao gerente do Clube Tal, entretanto sabe-se que o título de crédito circulou e foi depositado pelo comerciante que o recebeu. A Requerente também não sabe em poder de quem está o cheque. Cabe destacar que o Requerente não guardou os dados de qualificação da pessoa que recebeu o cheque em tela.

Por descontrole da Requerente, deixou de aprovisionar fundos para a quitação do cheque na data estabelecida, que foi devolvido por falta de fundos. Ocorre que a Requerente não pôde efetuar contato com o Requerido porque desconhece seu nome, pois se encontra abreviado no título.

Sabe-se que o cheque foi depositado na Agencia nº XXXX do Banco Tal em XXXXX, na conta corrente XXXXX, conforme consta na cópia do cheque, em nome da Requerida.

Com relação a Requerida, por meio de consulta ao sistema de CNPJ da Secretaria da Receita Federal, é

indicado o endereço XXXXXXXXX, como seu local de funcionamento. Entretanto, a Requerente já esteve no local, e atualmente a empresa não funciona mais no local, devendo a empresa em questão ser citada por meio de edital, **ou caso este juízo entenda de modo diverso que seja realizada consulta junto ao BACEN JUS, INFOSE e SIEL visando identificar eventuais endereços do sócios do Requerido para sua citação.**

Cumpre salientar que a Requerente procurou a empresa Requerida para adimplir o pagamento e regatar o cheque, o que não foi possível pois a empresa fechou suas portas. Assim, infelizmente não foi possível fazê-lo até a presente data. Cabe ainda colocar que a Requerente deseja de toda forma adimplir tal.

Assim, a Requerente encontra-se com **seu nome lançado junto ao Cadastro de Emitentes de Cheques sem fundos do Banco Central, o denominado CCF, e no SERASA,** sendo que tal anotação tem fulcro em cobrança do cheque que o Requerido já tentou adimplir de todas as maneiras, ainda mais que a Requerente não tem como localizar o portador do cheque para fazer a quitação.

Desejosa em ter sua situação resolvida junto ao CCF, não restou alternativa à Requerente senão a de acionar a prestação jurisdicional **para consignar o valor do débito, devidamente atualizado, conforme folha de cálculo de atualização do TJDFT em anexo.**

Com a consignação do débito deferida, **espera acolhimento de antecipação de tutela para cancelamento da anotação que lhe pesa,** bem como expedição de ofício ao BANCO TAL, atualmente adquirido pelo Banco Tal, **para que proceda à exclusão do nome da Requerente do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Tal.**

DO DIREITO E DA JURISPRUDÊNCIA

Coube aos arts. 334 e ss. do novo *Codex Civile* legislar sobre o Pagamento em Consignação, o qual terá lugar, entre outras situações, naquelas em que o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente ou residir em lugar incerto.

Vindo ao encontro do código material, os art. 539 e ss. do Código de Processo Civil regem a Ação de Consignação de Pagamento. A jurisprudência, por seu turno, acolhe pacificamente a consignação em situações similares, senão vejamos:

*DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CREDOR DESCONHECIDO. ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE. **É possível o ajuizamento de ação de consignação em pagamento para o devedor se liberar de obrigação, uma vez que o réu, credor, é desconhecido ou se encontra em lugar incerto, dificultando o pagamento do título de crédito.** (art. 335, III, do Código Civil c/c art. 890 do CPC). **Não pode o devedor, cujo credor não se consegue localizar, e que de forma espontânea se dispõe a pagar uma dívida, ficar eternamente vinculado a ela, se a própria lei prevê a possibilidade de se valer da ação de consignação em pagamento, a qual tem efeito liberatório.** (Acórdão n.745394, 20120111127105APC, Relator: ANA CANTARINO, Revisor: JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 18/12/2013, Publicado no DJE: 07/01/2014. Pág.: 325)*

DO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando se fazem presentes os pressupostos do art. 300 e ss do CPC, sendo que pelo regramento processual, basta que o juiz faça uma sumária cognição para deferir a tutela de urgência.

Fixada as premissas acima, é fácil notar a presença do perigo na demora do feito, eis que na medida em que a manutenção do nome da Autora em cadastros de inadimplentes impede seu livre transito comercial; e, por outro lado, o *fumus boni juris*, ou fumaça do bom direito, resta plenamente demonstrado na impossibilidade de contato com o devedor e na possibilidade legal de consignação do valor devido, devidamente atualizados, com juros e correção, além das despesas notariais.

Por fim, a medida pleiteada em sede de tutela provisória de urgência é plenamente reversível, podendo a qualquer tempo ser revogada por este juízo. Não é outro o posicionamento da jurisprudência, *expressis verbis*:

“Ocorrendo a consignação em pagamento do valor de dívida, devidamente corrigido, em face de não localização do credor, não justifica a manutenção do nome de emitente de cheque no Cadastro de emitentes de Cheque sem Fundo - CCF e no Serasa.
(Acórdão n.638488, 20090111908075APC, Relator: ALFEU MACHADO, Revisor: ANA CANTARINO, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 28/11/2012, Publicado no DJE: 06/12/2012. Pág.: 91)

CONCLUSÕES

Há de se verificar, à luz do exposto presentes os pressupostos para **possibilitar que a Requerente proceda de forma antecipada o depósito em juízo do valor da dívida**, com a

consignação em favor do Requerido de **R\$ XXXXXX**, referente ao valor do **débito devidamente atualizado pelo sítio do TJDF com o acréscimo de** juros de mora de X% (XXXX por cento) ao mês e correção monetária.

Ainda, e considerando que o fato do nome do Requerente estar lançado no CCF, **fato este que traz inúmeros prejuízos às pessoas, pois recebem negativas para concessão de crédito e também estorvo em transações bancárias,** requer-se que após a realização do depósito judicial do valor supracitado pela Requerente, seja expedido ofício ao Banco tal, atualmente adquirido pelo Banco tal determinando que proceda à baixa do nome da Requerente do **Cadastro de Emitentes de Cheques sem fundos do Banco Tal, o denominado CCF, e no SERASA.**

-

DOS PEDIDOS

Ex positis, é a presente para Requerer:

- 1) A concessão dos **benefícios da JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos do art. 98, do CPC
- 2) que Vossa Excelência se digne a deferir em sede de tutela provisória de urgência a **AUTORIZAÇÃO ao** Requerente para proceder o depósito em **JUÍZO** do valor **R\$ XXXXXXXX**;
- 3) **ainda, em sede tutela provisória de urgência, após a realização do depósito do mencionado valor pelo Requerente**, seja expedido ofício ao Banco Tal, atualmente comprado pelo Banco Tal, com endereço na XXXXXXXXXXXX, para que **seja procedida a baixa do nome do Requerente junto aos cadastros do CCF-BACEN referente a cártula de cheque nº XXXXXX**, conforme cópia do cheque em anexo, no

valor de R\$ XXXXX;

- 4) requer sejam realizadas pesquisas junto ao BACEN JUS, SIEL e INFOSEG visando identificar eventuais endereços dos sócios da Requerida para sua citação para a audiência de conciliação/mediação, e não havendo acordo, caso queira, conteste a presente ação no devido prazo legal;
- 5) ao final requer seja a demanda julgada procedente, para confirmar a tutela provisória de urgência, ou se for o caso, deferi-la em sentença, tornando definitivo o valor depositado em favor do Requerido, bem como, para baixa do nome do Requerente junto ao cadastro do CCF-BACEN e do SERASA, **referente a cártula de cheque** nº XXXX, conforme cópia do cheque em anexo, no valor de R\$ XXXXX;
- 6) que o (a) (s) Requerido (a) (s) seja (m) condenado (s) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco XXX, Código do banco XXX, Agência XXX, conta XXXX, PROJUR.

Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos.

Dá à causa o valor de R\$ XXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXX, XX de XXX de XXXX.

Fulano de tal

Requerente

Fulano de tal
Colaborador XXX

Fulano de tal
Defensor Público